



**Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Assunto: Visita do Embaixador de Israel aos Açores**

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento, dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Presidência do Governo Regional**.

Ponta Delgada, 19 de julho de 2024

Com os melhores cumprimentos,

**A Representação Parlamentar do BE/Açores**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António Lima'.

(António Lima)

**Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores**

Considerando que o embaixador de Israel, Dor Shapiro, esteve nos últimos dias em visita às ilhas dos Açores.

Considerando que da sua agenda constaram audiências com o presidente do Governo Regional dos Açores e com o presidente da Assembleia Regional dos Açores, entre outras individualidades locais.

Considerando que o diplomata, em entrevista a um órgão de comunicação regional, salientou a intenção de aprofundar as relações e a colaboração entre a Região Autónoma dos Açores e o estado de Israel.

Considerando que, entre os interesses do estado de Israel na Região Autónoma dos Açores, o embaixador menciona a colaboração nas áreas da economia do mar e tecnologia marinha e a Base Militar das Lajes na Ilha Terceira.

Considerando a grave situação do Médio Oriente, que se agravou a uma escala sem precedentes nos últimos meses e considerando ainda que não se vislumbra, infelizmente, um fim próximo para a mesma.

Considerando o relatório de uma Comissão de Inquérito da Organização das Nações Unidas publicado a 12 do mês passado, que conclui que o Estado de Israel cometeu crimes de guerra, nomeadamente a fome como método de guerra, assassinato ou homicídio doloso, ataques contra civis e bens civis, deslocamento forçado, violência sexual, ultraje à dignidade de pessoas e ainda que “Israel infligiu uma punição coletiva à população palestina em Gaza” pelos ataques do Hamas (organização que, por sua vez, também foi acusada de crimes de guerra pelo mesmo relatório).

Considerando que o Tribunal Internacional de Justiça, ainda hoje, acaba de reconhecer a existência de uma série de violações da lei internacional, como ocupação, anexação e restrições do povo palestino à autodeterminação, entre outras, e considera que o Estado de Israel tem a obrigação de pôr fim à ocupação tão depressa quanto possível, parar todas as atividades dos colonatos, e providenciar reparações ao povo palestino, nomeadamente devolução de território e outras compensações.

Além disso, o parecer do Tribunal Internacional de Justiça refere que todos os estados têm a obrigação de reconhecer estes crimes e contribuir para a não manutenção da ocupação da Palestina pelo Estado de Israel, assim como a obrigação de não prestar qualquer auxílio que contribua para a manutenção desta ocupação ilegal.

Considerando que, apesar de o governo português ainda não ter reconhecido o Estado da Palestina – que o Bloco considera que já devia ter sido feito – o Estado Português tem vindo a defender a paz no Médio Oriente e o respeito pelos direitos humanos, o cessar-fogo, a ajuda humanitária ao povo da Palestina e que tomou uma posição desfavorável à exportação de armas para Israel.

Considerando que a Região Autónoma dos Açores deve fazer o que estiver ao seu alcance para contribuir para uma solução de paz e defender os direitos humanos naquela região.

Considerando que qualquer aprofundar de relação com o Estado de Israel põe em causa este posicionamento, o que sai agravado se a colaboração tiver cariz militar, como pressupõe o interesse demonstrado pela Base das Lajes.

**Pelo exposto, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda entrega à Mesa da Assembleia Legislativa Regional e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, nos termos estatutários e regimentais:**

1. Quais foram os pontos abordados nas reuniões oficiais do embaixador de Israel com o presidente do Governo Regional dos Açores?
2. Em que áreas existem atualmente acordos e parcerias em vigor entre a Região Autónoma dos Açores e o estado de Israel? (solicita-se cópia dos documentos que concretizam esses acordos e parcerias)
3. Que garantias, acordos ou intenções foram dadas pelo Governo Regional dos Açores ao embaixador de Israel?
4. Quais foram os esforços de mediação diligenciados pelo presidente do Governo Regional dos Açores relativamente à defesa da paz, direitos humanos e de uma solução para a situação atual no Médio Oriente?

**A Representação Parlamentar do BE/Açores**



(António Lima)

Ponta Delgada, 19 de julho de 2024